

RESOLUÇÃO

CONTRA O EMPOBRECIMENTO – POR UMA VIDA DIGNA ACABAR COM A POLÍTICA DE DIREITA – MUDAR DE GOVERNO

A situação económica e social é hoje marcada pelo agravamento da recessão, pelo aumento brutal do desemprego e exploração no trabalho, por um acelerado processo de empobrecimento e degradação geral das condições de vida de quem vive e trabalha em Portugal.

Os resultados da 7ª avaliação do memorando assinado com a tróica confirmam todos os alertas feitos pela CGTP-IN e apontam no sentido da eternização da recessão, mostrando que o país não tem saída no quadro das políticas que estão na origem dos graves problemas com que está confrontado.

A divulgação feita pelo Ministro das Finanças, na passada sexta-feira, de novas previsões para a evolução da economia (revisão em grande baixa) e o anúncio de mais um programa de medidas de austeridade que estão a ser preparadas pelo Governo, assentes, mais uma vez, no aumento da exploração dos trabalhadores e no empobrecimento das famílias, no reforço das investidas contra as funções sociais do Estado e contra o próprio regime democrático instituído com o 25 de Abril, também não deixam dúvidas quanto ao rumo de desastre nacional que o Governo do PSD/Passos Coelho e CDS/Paulo Portas está a conduzir o país.

De facto, ao querer esconder as causas do total fracasso da política de austeridade, erigida como única solução milagrosa para diminuir o défice e a dívida pública, o que o Governo pretende é escamotear as consequências criminosas das suas opções de classe, pois em vez de abrandar o défice e a dívida, antes agrava aqueles indicadores, assim como agravou a situação económica, que entrou numa espiral recessiva, com nova quebra do investimento, definhando ainda mais o mercado interno e piorando todos os problemas sociais existentes.

Quem ganhou, continua a ganhar com a política de direita, é o capital económico e financeiro que, no quadro da crise que se está a viver, reforça a concentração e acumulação da riqueza produzida, aumentando os lucros à custa da exploração desenfreada dos trabalhadores, milhares deles lançados no desemprego e na miséria.

Fruto da política de austeridade, o desemprego atingiu já uma taxa de 17,6%, a terceira mais elevada da União Europeia e a mais alta de sempre no país, que corresponde a 960 mil desempregados em sentido estrito e a mais de 1 milhão e meio se considerarmos os inactivos disponíveis e indisponíveis e os subempregados. Num ano o número real de desemprego e subemprego aumentou em 217 milhares. O Governo avança agora com uma previsão de taxa de desemprego de 19% no final do ano mas, sabendo-se o que valem as suas previsões, percebe-se que estamos perante uma autêntica calamidade social.

O nível de vida da generalidade da população diminuiu mas os trabalhadores, em conjunto com os pensionistas, foram os mais atingidos. Um elevado número de processos de negociação continua bloqueado e em 2012 o número de instrumentos de regulamentação colectiva publicados voltou a cair. O salário real por trabalhador diminuiu e a redução acumulada do poder de compra dos salários entre 2009 e 2013 é de 12% no conjunto da economia. Este panorama foi ainda agravado com a não publicação da maioria das portarias de extensão. Os Governos anteriores e o actual, não cumpriram com o compromisso que assumiram de subir o salário mínimo nacional para os 500 euros em 1 de Janeiro de 2011, conforme o acordo estabelecido em sede de concertação social. Por essa razão, o salário mínimo sofreu uma forte quebra de poder de compra ainda em 2011, mantendo-se sem ser actualizado em 2012.

Entretanto, o Governo persiste em legislar no sentido de enfraquecer, ou mesmo eliminar, direitos dos trabalhadores, transferindo mais recursos e rendimentos do trabalho para os bolsos dos patrões. Nesse sentido, por exemplo, que o Governo vai também avançar com a redução das indemnizações por despedimento. Antes

dos programas da tróica, as indemnizações por despedimento eram calculadas na base de 30 dias de salário por ano de antiguidade. Com as alterações decorrentes destes programas e consagrados no Acordo Competitividade e Emprego e depois no Código de Trabalho, houve uma redução dos 30 para os 20 dias por ano de trabalho, ou seja uma perda média de 62%. O que temos agora é, de facto, uma nova descida das indemnizações para 12 dias por ano de antiguidade para os novos contratos permanentes e para 18 dias por ano de antiguidade nos primeiros três anos para todos os outros contratos (contratos a termo e contratos permanentes celebrados anteriormente).

O caminho de progresso económico e social do País conquistado com o 25 de Abril foi interrompido e alvo de severo ataque no sentido do retrocesso provocado por décadas de política de direita. Sucessivas gerações de trabalhadores têm sido profundamente afectadas nas suas condições de vida e de trabalho.

Os jovens trabalhadores enfrentam hoje uma das maiores ofensivas aos direitos que gerações de trabalhadores conquistaram com a Revolução de Abril. Sendo as principais vítimas do desemprego e da precariedade generalizada, sujeitos a salários de miséria, os jovens estão cada vez mais dependentes dos apoios familiares e sem autonomia para desenvolverem as suas próprias vidas, com dignidade e onde sejam respeitados os seus direitos.

São cada vez mais os portugueses que se interrogam sobre a utilidade dos enormes sacrifícios que lhes estão a ser impostos, pois, afinal, não se resolve nenhum problema e, ao contrário, vêm hipotecar-se as suas vidas, dos seus filhos e netos. São cada vez mais os que ganham consciência da necessidade de mudar de política e têm vontade de lutar para acabar com este Governo.

No actual contexto político, económico e social torna-se fundamental que o movimento sindical intervenha no sentido de transformar todos os descontentamentos em acções de protesto contra a austeridade e o empobrecimento, intervindo e lutando nos locais de trabalho e nas ruas pela defesa do emprego e dos direitos, pelo aumento dos salários, incluindo a actualização do salário mínimo para 515 euros; pelo desbloqueamento da contratação colectiva e a publicação das portarias de extensão das convenções colectivas; pela melhoria das condições de trabalho.

Mas é igualmente prioritário e urgente prosseguir com determinação a luta de massas para acabar com a política de direita, defender as Funções Sociais do Estado, salvaguardando o Regime Democrático e reclamar eleições legislativas com vista à constituição de um novo Governo e uma nova política, de Esquerda.

Nesse sentido, o Conselho Nacional da CGTP-IN decide Continuar a Acção Geral de Protesto, Proposta e Luta convocada pela CGTP-IN até final de Março, com particular atenção para:

- A Caminhada dos Trabalhadores Têxteis, Vestuário e Calçado no Vale do Ave, no dia 23, em Guimarães;
- A Semana de Luta dos Reformados e Pensionistas, de 19 a 26 deste mês, em vários distritos do país;
- A Manifestação do Dia Nacional da Juventude, em 27 de Março, em Lisboa;
- As lutas sectoriais convocadas até ao final de Março.

O Conselho Nacional da CGTP-IN decide, ainda:

- Convocar uma Marcha Contra o Empobrecimento, a realizar de 6 a 13 de Abril, em todos os Distritos do Continente e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira; por uma mudança de política e de Governo
- Exortar todos os activistas sindicais a um grande empenhamento na organização e preparação das comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio, fazendo também destas iniciativas grandiosas jornadas de luta nacionais contra a política de direita e pela demissão do Governo PSD/CDS.